POLÍTICAS EDUCACIONAIS E PRÁTICAS PASTORAIS DE REDUÇÃO DE VIOLÊNCIA: CIDADANIA, MEDIAÇÃO COMUNITÁRIA E MEDIAÇÃO JUDICIAL

Aluna: Denise Pires dos santos Orientador: Abimar Oliveira de Moraes

Introdução

Na segunda etapa dessa pesquisa foi feito um estudo comparativo e análise das práticas metodológicas que orientam os três modelos de Mediação de Conflitos adotados, em fase piloto, pelo TJERJ, DEGASE e SSEPP: o *Modelo Transformativo* (que privilegia a transformação da relação), o modelo tradicional denominado *Modelo Pragmático* (que privilegia o acordo: mais rápido e independente ao processo judiciário) e o modelo conhecido como *Método Circular Narrativo* (voltado fundamentalmente para conflitos Familiares). No entanto, ao identificar que nossas populações provêem de uma sociedade multicultural, onde impera desníveis socioeconômicos estupendos, a pesquisa não só teve que ampliar seus objetivos, incluindo o processo de formação de mediadores e mediadoras, como também a adequação dos mesmos aos modelos apresentados.

Sendo assim, a consonância entre o modelo de Mediação, mediador e comunidade foi identificada como pilar fundamental de todo processo de reforma educativa (quer seja redimensionando da função social do processo judicial, quer seja no âmbito comunitário) dada à constante mudança demográfica a que as sociedades estão sujeitas, especialmente a brasileira.

É direito de todos acessar um sistema que distribua justiça de forma eficiente e respeitadora, que repare eficazmente os danos provocados pela ausência de políticas públicas voltadas para realidades sociais e desafios de nosso tempo. Cabe destacar que a contribuição almejada pelo meu estudo, sob a ótica da Teologia Pastoral, visa identificar e disseminar os melhores modelos para multiplicadores de cultura de paz, facilitadores e educadores que desejem rever a função social de sua práxis, porque a rigor, o conflito e o impacto resultante do mesmo dizem respeito a todos que estão comprometidos em melhorar o mundo que vivemos.

Objetivos

Mapear e estudar comparativamente, de modo teológico, os resultados alcançados pela aplicação das técnicas autocompositivas que constituem cada um dos três modelos de Mediação adotados no TJRJ e, se tais procedimentos respondem à premente necessidade de novas ferramentas, para minimizar a grande demanda de conflitos interpessoais por meio da transformação da dinâmica adversarial em uma dinâmica pactual.

Metodologia

O método pesquisa qualitativa, utilizada em Pesquisa Social, segundo [1] Suely Ferreira Deslandes, combinado com o método Ver, Julgar e Agir (mais conhecido como uma metodologia católica de análise dos fenômenos histórico-sociais), possibilita nesta segunda fase, no trabalho de campo, a realização de um momento relacional e prático, fundamental para atingir os objetivos propostos. O campo em que a pesquisa já está em desenvolvimento é no TJRJ, no qual a primeira etapa correspondeu à formação de mediadores e mediadoras no Modelo Pragmático (método que favoreceu a origem dos outros dois modelos pesquisados). Atualmente, após o curso, tenho atuado como mediadora, na primeira instância, em três Varas de Família e dois Juizados Especiais Criminais. Na segunda instância, atuo como mediadora

na Sétima Câmara Cível, nas ações em que há necessidade de mediação parental. Nestes espaços as três metodologias estão sendo aplicadas tendo como foco de observação: o grau de assertividade das partes segundo o gênero e as crenças culturalmente apreendidas que fundamentam o critério de alocação de bens (justiça distributiva). O questionário que avalia a satisfação do usuário é aplicado no final das sessões de mediação e objetiva mensurar o nível de aceitação da nova ferramenta.

Conclusão

Há procedimentos comuns nas três metodologias comparadas: reunião de informações; a identificação de questões, interesses e sentimentos; o estímulo para mudanças de percepções e atitudes; sessões individuais; sessão conjunta final e Construção do acordo. Os estudiosos enfatizam que ao se tornar independente do Direito, a mediação deixa de ser uma alternativa ao judiciário para se transformar num novo saber, numa transdisciplina que rompe os paradigmas científicos tradicionais, o reducionismo e os pragmatismos originais. Quanto às divergências encontradas, para [2] Malvina Muskat, as mais significativas se referem à centralidade da importância da mediação ora estar exclusivamente voltada para a solução pontual do conflito, ora na possibilidade de elevar a consciência individual dos sujeitos em reconhecer os interesses, necessidades e pontos de vista da outra parte. Há também falta de consenso na utilização dos Modelos de Mediação em situações de violência e na mediação familiar com a finalidade de melhorar a convivência entre as partes. A advertência mais urgente que a pesquisa teológica, realizada até aqui, tem a fazer é que os modelos não incluem em suas técnicas, procedimentos que restabeleçam a distribuição de poder e o equilíbrio emocional entre as partes em litígio, como etapa preparatória para a restauração da comunicação. Sem uma pedagogia que valorize realmente a autonomia e a justa medida (equidade), a Mediação de Conflitos poderá ser instrumentalizada para legitimar e sustentar relações de dominação. Para efetivar o propósito humanizador das relações, a Mediação como ferramenta socioeducativa, a exemplo das lições de [3] Paulo Freire, deve munir-se de uma "amorosidade" pela causa dos excluídos. Conforme proclama: "Eu sou um intelectual que não tem medo de ser amoroso, eu amo as gentes e amo o mundo. E é porque amo as pessoas e amo o mundo, que eu brigo para que a justiça social se implante antes da caridade".

Referências bibliográficas

[1]DESLANDES, Suely Ferreira. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**/Suely Ferreira Deslandes, Romeu Gomes; Maria Cecília de Souza Minayo (organizadora). 26. Ed.-Petrópolis, RJ: Vozes, 2007. 108p.

[2]MUSKAT, Malvina Ester. Guia prático de mediação de conflitos; 2ª Ed.; revista de SP: Sumus, 2008. 101p.

[3] FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia - Saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1997. Edição de bolso, 165 páginas